

O LAZER E A CIDADE: o olhar dos professores universitários no Pará e Amapá

Gustavo Maneschy Montenegro¹

Macapá, Amapá, Brasil

Hélder Ferreira Isayama²

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: Este artigo teve como objetivo discutir a apropriação dos espaços de lazer da cidade por professores universitários que atuam no campo dos estudos do lazer em cidades da Região Norte do Brasil, bem como identificar limites encontrados para essa apropriação. Combinamos o uso da pesquisa bibliográfica com a entrevista semi-estruturada com 11 professores, os quais lecionam disciplinas de lazer nos estados do Pará e Amapá. Os limites apontados foram escassez de espaços e políticas públicas; tendência à privatização dos espaços; concentração dos espaços nas áreas centrais das cidades; poucas programações culturais; dificuldade de transporte e locomoção nas cidades; uso desigual entre gêneros; falta de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. Evidenciamos a necessidade de investimentos em relação a políticas de lazer, o que implica melhor distribuição de espaços, diversificação das práticas culturais, acessibilidade e equidade de gênero.

Palavras-chave: Lazer. Cidade. Políticas Públicas. Formação Cultural.

LEISURE AND THE CITY: the look of university teachers in Pará and Amapá

ABSTRACT: This article aims to discuss the appropriation of leisure spaces in the city by university professors who work in the field of leisure studies in cities in northern Brazil, as well as to identify the limits found for this appropriation. We combined the use of bibliographic research with a semi-structured interview with 11 teachers, who teach leisure subjects in the states of Pará and Amapá. The limits indicated were scarcity of spaces and public policies; tendency towards privatization of spaces; concentration of spaces in the central areas of cities; few cultural programs; difficulty of transportation and locomotion in the cities; unequal use between genders; lack of accessibility for the elderly and disabled. We highlight the need for investments in relation to leisure policies, which implies better distribution of spaces, diversification of cultural practices, accessibility and gender equity.

¹ Doutor em Estudos do Lazer – UFMG. Docente da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: gustavo_maneschy@hotmail.com

² Doutor em Educação Física – UNICAMP. Docente da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Email: helderisayama@yahoo.com.br

Keywords: Leisure. City. Public policy. Cultural formation.

OCIO Y CIUDAD: la mirada de los docentes universitarios en Pará y Amapá

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir la apropiación de los espacios de ocio en la ciudad por parte de profesores universitarios que trabajan en el campo de los estudios de ocio en las ciudades del norte de Brasil, así como identificar los límites encontrados para esta apropiación. Combinamos el uso de la investigación bibliográfica con una entrevista semiestructurada con 11 maestros, que enseñan materias de ocio en los estados de Pará y Amapá. Los límites indicados fueron escasez de espacios y políticas públicas; tendencia a la privatización de espacios; concentración de espacios en las áreas centrales de las ciudades; pocos programas culturales; dificultad de transporte y locomoción en las ciudades; uso desigual entre géneros; falta de accesibilidad para ancianos y discapacitados. Destacamos la necesidad de inversiones en relación con las políticas de ocio, lo que implica una mejor distribución de espacios, diversificación de prácticas culturales, accesibilidad y equidad de género.

Palabras-clave: Ocio. Ciudad. Políticas públicas. Formación cultural.

Introdução

As relações entre lazer e cidade vem despertando o interesse de diversos pesquisadores no campo dos Estudos do Lazer (FALCÃO, 2018; BAHIA, 2014; BAHIA e FIGUEIREDO, 2008; RECHIA E OLIVEIRA, 2009; AROSTEGUY, 2016), em virtude do espaço urbano se configurar como um *lócu* privilegiado para fruição de experiência de lazer. Embora as cidades, de fato, ofereçam múltiplas possibilidades de lazer, nem sempre essas oportunidades são iguais entre os diferentes sujeitos, pois aspectos como classe social, gênero, idade e deficiência implicam em condições díspares para o usufruto do lazer.

Como indica Gehl (2013), uma característica de quase todas as cidades – independente da economia, localização e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que utilizam os espaços das cidades são cada vez mais “maltratadas”. Dentre essas questões, é possível ver espaço limitado, obstáculos, ruídos, poluição, riscos de acidentes, falta de acessibilidade, falta de manutenção, o que limita a função da cidade como local de encontro. Nas palavras de Melo (2003), somos instados a reconhecer que o futuro da cidade parece preocupante em um momento onde se percebe nitidamente um esvaziamento da esfera pública e um desgaste pronunciado do tecido urbano.

Assim, “o rumo dos acontecimentos não só reduziu as oportunidades para o pedestrianismo como forma de locomoção, mas também deixou sitiadas as funções

cultural e social das cidades” (GEHL, 2013, p. 15). O aumento gradativo da população, aliado com más gestões da cidade, gerou um crescimento desordenado das mesmas, sobretudo em relação a aspectos populacionais e estruturais no que se refere à urbanização e infraestrutura.

Para tanto, a cidade é fruto de uma relação dinâmica e complexa, a qual agrega aspectos sociais, econômicos e culturais do local. Nesse sentido, a cidade, ao mesmo tempo que é produzida pelos sujeitos, a partir das relações sociais construídas, também os forma, ao oferecer, ou não, condições para uma vida com mais qualidade. Ela deve ser pensada a partir das necessidades de seus habitantes, o que inclui sua estruturação para locomoção de pedestres, condições de mobilidade por meio de diferentes modos de transporte. Trata-se de pensar uma política urbana que desenvolva cidades vivas, limpas, seguras e sustentáveis, ou seja, uma política que esteja atenta à vida em geral (GEHL, 2013).

Dessa maneira, a melhoria da cidade, dentre outras coisas, perpassa pela estruturação de espaços públicos para o lazer, em que as pessoas possam vivenciar diferentes linguagens culturais, ampliar seus referenciais e sua formação cultural. Assim, os espaços para o lazer podem ter caráter de uma formação identitária, proporcionando múltiplas vivências interpessoais. Portanto, a cidade deve ofertar espaços de lazer atrativos e bem estruturados aos frequentadores, pois essa pode ser uma característica que venha a fortalecer laços afetivos e de relacionamentos.

Para Rechia e Oliveira (2009), convém salientar a importância do espaço público como local que possibilita relação social entre os indivíduos, com ênfase na atratividade que pode apresentar. Diante disso, o espaço de lazer apresenta importância ímpar para toda a sociedade, na medida em que se torna um local de sociabilidade, convívio social, organização popular, difusão e produção cultural.

Como indica Bahia (2014), existem quatro principais funções que a cidade deve assumir na vida dos seus habitantes, quais sejam: de lazer, de moradia, de apropriação e de circulação. Para a autora, observa-se no cotidiano uma apropriação pela dimensão privada dos três primeiros fatores, fazendo com que a dimensão pública exerça apenas a função de circulação, principalmente pelas camadas mais elevadas economicamente da sociedade, o que acarreta na privatização do espaço social, transformando-o em espaço para consumo.

Na trilha deste raciocínio, é possível perceber que nem todos têm possibilidades iguais de acesso aos espaços e equipamentos de lazer, seja por falta de condições econômicas, ou por ausência de políticas públicas de lazer, ou, ainda, por deficiência no planejamento das cidades, o que resulta em falta de divulgação nas programações; inexistência de uma política de animação cultural e de uma democratização cultural.

Assim, esse artigo tem como objetivo discutir a apropriação dos espaços de lazer da cidade por professores universitários que atuam no campo dos estudos do lazer em cidades da Região Norte do país, bem como identificar limites encontrados para essa

apropriação. Essa pesquisa foi realizada com 11 professores universitários, que lecionam disciplinas de lazer nos estados do Pará e Amapá.

Metodologia

O estudo consistiu de uma combinação da pesquisa bibliográfica com a entrevista semiestruturada. A pesquisa bibliográfica teve como eixos de referência temáticas associadas ao lazer e formação profissional, formação docente, formação cultural. A entrevista semiestruturada foi realizada com professores universitários que lecionam disciplinas de lazer, em cursos de Educação Física, nos estados do Pará e Amapá.

Realizamos um levantamento do número de universidades públicas com cursos de Educação Física na Região Norte via e-MEC. Com isso, identificamos oito cursos em instituições públicas, sendo elas: Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA); Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEAM); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) e Universidade Estadual de Roraima (UERR); Universidade Federal do Acre (UFAC).

Em um primeiro momento, foi feito contato por *e-mail* e por telefone com as coordenações e/ou departamentos acadêmicos dessas instituições, a fim de solicitar o contato e identificar quantos professores lecionavam disciplinas sobre o tema lazer. Das oito instituições, três retornaram informando o quantitativo de docentes que lecionavam nesta área, bem como a forma de contatá-los, sendo elas a UFPA, a UEPA e a UNIFAP. Por isso, a pesquisa foi circunscrita a dois estados da Região Norte do país: Pará e Amapá.

Dessa maneira, obtivemos um total de dezoito professores que poderiam fazer parte da coleta de dados da pesquisa. O segundo passo foi entrar em contato com os professores, via *e-mail* e por telefone, explicando o intuito da pesquisa e convidando-os a participar do estudo e do total de dezoito docentes, onze retornaram positivamente, mostrando interesse em participar da investigação. Importante destacar que do grupo de onze sujeitos entrevistados, três são homens e oito são mulheres.

Em função das características da pesquisa, a coleta de dados ocorreu em cinco cidades, ficando o total de professores, por cidade e instituição, distribuído da seguinte maneira: na cidade de Belém foram quatro professores, sendo três docentes que lecionam na UFPA e um na UEPA; dois professores que lecionam no curso de Educação Física, *campus* da UFPA na cidade de Castanhal/PA; um professor que leciona no curso de Educação Física no *campus* da UEPA, cidade de Conceição do Araguaia/PA; um professor que leciona no curso de Educação Física no *campus* da UEPA, cidade de Tucuruí/PA; Três professores que lecionam no Curso de Educação Física da UNIFAP, *campus* da cidade de Macapá/AP.

Vale ressaltar que o grupo de entrevistados da pesquisa é heterogêneo, na medida em que alguns dos sujeitos possuíam uma trajetória no campo dos Estudos do

Lazer, seja na docência ou mesmo na pesquisa. Contudo, outros professores não tinham essa incursão na área, lecionando nas disciplinas de lazer em função de obrigações institucionais e de cumprimento de carga horária. Porém, não foi opção realizar um recorte em termos de tempo de atuação ou de incursão na área, mas, sim, contar com essas diferenças de olhares. Percebemos que esta é uma realidade na docência no campo do lazer dentro do contexto pesquisado: de um lado, encontramos sujeitos que possuem uma imersão na área e desenvolvem experiências como professores no campo, ao passo que, em outros locais, existe uma relação mais transitória e eventual no que concerne à docência na área.

A análise dos dados ocorreu mediante o uso da técnica da Análise de Conteúdo (FRANCO, 2008). Buscamos compreender, criticamente, o sentido manifesto e/ou oculto das comunicações, por isso, ao utilizarmos a análise de conteúdo, estivemos atentos para descrever, analisar e interpretar as mensagens/enunciados de todas as formas, procurando ver o que está por “detrás” das palavras. A partir desse momento, desmembramos as falas dos professores, aproximamos os conteúdos convergentes e organizamos em categorias para melhor interpretá-las e discuti-las.

Resultados e Discussões

No desenvolver desta pesquisa, buscamos compreender se os professores encontravam-se satisfeitos com a disponibilidade de espaços culturais nas cidades em que residiam, bem como que estratégias acreditavam que poderiam ser tomadas para qualificar políticas de intervenção no âmbito do lazer que possibilitassem um maior acesso aos espaços da cidade. De modo geral, os professores demonstraram insatisfação nesse quesito, independentemente da cidade em que o/a docente reside. Foram mencionadas problemáticas como a escassez de espaços e políticas públicas; tendência à privatização dos espaços; concentração dos espaços nas áreas centrais das cidades; poucas programações culturais; dificuldade de transporte e locomoção; falta de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência.

O gráfico a seguir mostra as problemáticas mais mencionadas pelos professores, bem como o quantitativo de docentes que destacou cada questão.

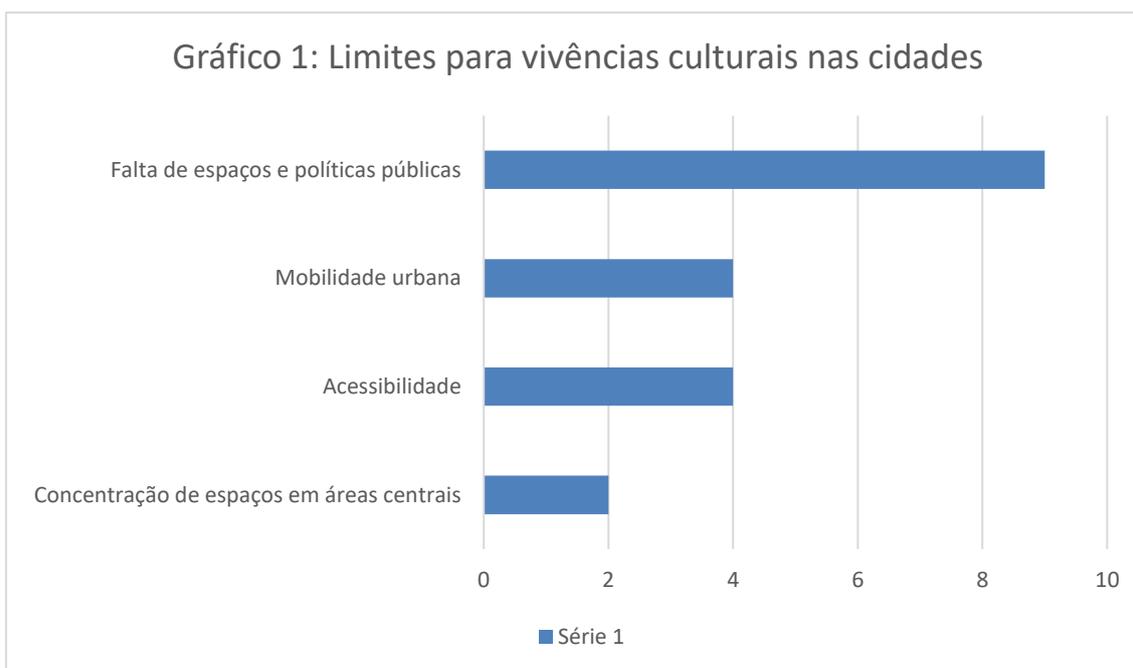


Gráfico 1: Limites para vivências culturais nas cidades.
Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Observando o gráfico, destacamos que nove professores relataram como principal limite para as vivências culturais nas cidades a falta de espaços e políticas públicas no setor. Algumas falas que exemplificam essa questão:

o que o poder público oferece em termos de espaços e equipamentos são algumas quadras, tinha um ginásio aqui mas geralmente quando não são as praças, são as quadras, que nem é poliesportiva, que ela atende uma demanda muito específica do esporte, quando não é a prática esportiva, é uma prática esportiva que é o futebol e basicamente feita por homens (...),tem o campo de futebol, as escolinhas de futebol que tem aqui são pagas. Quando tem uma área de areia, eles jogam vôlei ou futevôlei, não há investimento (PROFESSOR 3).

Em termos de planejamento urbano, manutenção de espaços, planejamento para novos espaços, planejamento de programações, tudo isso vindo das políticas públicas, eles são muito incipientes, muito deficitários, eu vejo uma pulsação e espontaneidade das pessoas de frequentar os lugares, vão correr, andar de bicicleta, mas por iniciativa própria, mas poderiam ser melhor qualificadas, com ofertas de políticas mais qualificadas de lazer (PROFESSORA 8).

Tomando como referência a percepção desse grupo de entrevistados, identificamos que os professores apresentaram insatisfações quanto à disponibilidade de espaços para vivências culturais nas cidades, o que nos impõe a reivindicação pela implementação de políticas culturais que possam garantir o direito do acesso ao lazer na cidade, ações culturais que estejam voltadas para a organização popular, como também para a ampliação de vivência no âmbito cultural de todos os indivíduos.

Sobre esse quesito, também foi mencionado pelos professores uma tendência à privatização dos espaços de lazer, o que pode ser observado nas falas dos professores 4 e 6:

Quanto à questão do acesso, sim, nós temos muitas limitações, os espaços que são públicos, eles hoje foram tomados até pela iniciativa privada, de comerciantes, assim por diante, que impedem essa acesso das pessoas irem passear, irem fazer alguma atividade, levar suas famílias (PROFESSOR 4).

De espaço, sim, em que pesa a gente ter um ou outro público, mas a maior parte dos espaços, inclusive os igarapés, são privados (PROFESSOR 6).

Aproximando-se da fala dos professores, Melo e Peres (2005) observam aspectos de desmantelamento das formas públicas de lazer, como a ênfase em megaeventos, falência de antigos clubes de bairros, diminuição de cinemas de rua, falta de investimentos em espaços públicos de lazer, construção de complexos de diversão (com o surgimento de *shoppings*, parques temáticos, casas de shows). Embora sejam construídos como espaços públicos, seu uso acaba sendo privilegiado para os segmentos economicamente mais elevados das cidades, seja por motivos de preço ou distância. Assim, na visão dos autores, hierarquiza-se (e privatiza-se) o espaço urbano para o lazer.

Mesmo que venhamos a reconhecer esse processo de privatização de espaços públicos como uma forma de controle e exclusão da maioria da população, entendemos que esse processo não seja uniforme, nem que seja assimilado passivamente pela sociedade. Como indica Falcão (2018), tem crescido, nas cidades brasileiras, a ideia da ocupação dos espaços públicos, por meio da arte de rua, dos músicos de rua, o que evidencia uma tentativa de contraposição ao processo. Assim, é possível observar movimentos de resistência em defesa do “direito à cidade”, do “direito à arte” como estratégia de luta e ocupação desse sistema.

Na esteira dessa discussão, Bahia (2014) ressalta que o espaço público vem perdendo o seu uso múltiplo/funcional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. Para a autora, o que se observa é a falta de espaços públicos para o lazer, fator que se soma à dificuldade de acesso a essas áreas, bem como à sua falta de divulgação e de segurança pública nas cidades. Portanto, esses são aspectos que contribuem para que a população tenha restrição de acessibilidade aos espaços/políticas públicas de lazer.

A insatisfação dos professores também foi mencionada em relação à inexistência de acessibilidade para pessoas com deficiência, baixa locomoção e idosas, o que atua como mais um fator de limite para a formação cultural na cidade, como pode ser notado nas seguintes falas:

Por estar compartilhando um pouquinho mais com a minha mãe esses espaços, a gente começa a ver a limitação para idoso, a limitação para deficientes, então eu não tinha me defrontado talvez com esse olhar mais apurado (PROFESSORA 2).

As pessoas da terceira idade, as pessoas com deficiência, cadeirantes, por exemplo, estão impedidas, estamos em uma cidade que não tem acessibilidade (PROFESSOR 4).

Beltrame *et al.* (2018), discorrendo sobre o lazer das pessoas com deficiência, afirmam que esses sujeitos sofrem processos de exclusão quanto ao lazer, quanto à acessibilidade de espaços e mobilidade nas cidades, além de ser um gênero humano que, historicamente, passa por severos processos de invisibilidade. Diante desse cenário, os autores apontam que as pessoas com deficiência têm sua participação em atividades de lazer prejudicada, seja em função da invisibilidade social desses sujeitos, quanto pelas barreiras da acessibilidade e do reconhecimento das pessoas. Portanto, esse grupo social tem seu acesso ao lazer de maneira precária, com poucas opções de atividades, barreiras financeiras, arquitetônicas, de respeito das pessoas e de transporte.

As discussões sobre a inclusão social das pessoas com deficiência física na sociedade apontam para a importância de ambientes acessíveis que lhes permitam exercer o direito de acesso aos diferentes espaços sociais. De modo geral, Melo *et al.* (2010) acreditam que os ambientes de lazer necessitam de melhorias quanto à acessibilidade para permitir que as pessoas com deficiência física, idosas e/ou com mobilidade reduzida tenham seu direito ao lazer garantidos.

Silva Júnior, Silva e Sampaio (2018) e Melo *et al.* (2010) empreenderam estudos em que analisaram a acessibilidade de pessoas com deficiência a espaços e programas de esporte e lazer. Silva Júnior, Silva e Sampaio (2018) objetivaram analisar se as políticas públicas de esporte e lazer em parques de Campo Grande/MS promovem a acessibilidade metodológica e programática das pessoas com deficiência. De maneira geral, foi apontado que os parques não oferecem acessibilidade às pessoas com deficiência nas atividades oferecidas. Além de não existir em seu programa esportes ou atividades de lazer adaptadas, não foi identificado nenhum programa desenvolvido nos parques voltado a fomentar a prática de esporte adaptada, com ênfase nas pessoas com deficiência. Os autores identificaram que apenas um parque oferta esportes adaptados, via ONG's e por isso, concluem que as políticas públicas de esporte e lazer em parques esportivos de Campo Grande/MS não promovem a inclusão das pessoas com deficiências.

Por sua vez, Melo *et al.* (2010) verificaram a acessibilidade de alguns espaços de lazer na cidade do Natal/RN (praias, parques, cinemas e teatros) e concluíram que os cinemas foram os que possuíam melhores condições de acesso. De maneira geral, os autores identificaram que os espaços não garantem a acessibilidade e necessitam de melhorias/adequações para permitir que as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida exerçam sua cidadania nos espaços de lazer.

Portanto, essas críticas se aproximam dos limites quanto à acessibilidade indicada pelos professores, o que revela, de fato, a urgência na reflexão e na ação sobre a acessibilidade para esses grupos, tanto no nível de estrutura física dos espaços de lazer, quanto em relação à implementação de projetos e programas voltados às pessoas com deficiências, baixa locomoção e idosos. Assim, uma política de formação cultural na

cidade perpassa por incluir todos os seus habitantes, o que envolve ações voltadas para crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiências e idosos.

Outro tema relatado pelos docentes foi em relação à tendência de concentração de espaços de lazer em regiões centrais nas cidades, o que restringe o acesso das pessoas que residem em áreas mais afastadas, sobretudo, em função da falta de qualidade e condições na mobilidade urbana:

Os mesmos equipamentos de lazer estão no centro, a cidade não oferece alternativas para sua população, oferece para uma determinada população, que tá no centro, que tem coisas maravilhosas, tem praças maravilhosas (...) tem muita coisa, que a gente pode explorar, mas tem muita coisa que tá concentrada (PROFESSORA 1).

Quanto à desigualdade de distribuição de espaços culturais de lazer na cidade, Melo e Alves Júnior (2012) argumentam que as cidades estão cada vez mais fragmentadas, rigidamente compartimentadas em blocos e submetidas a administrações que privilegiam grupos economicamente poderosos. Enquanto bairros de regiões mais ricas preservam harmonia, formas e estruturação, as regiões periféricas são cada vez mais desgastadas e sensivelmente abandonadas.

Para Bahia e Figueiredo (2008), a cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, é local de tensão, de competitividade, de afirmação e de diferenciações que modificam sua organização social. Cotejando a reflexão dos autores sobre as cidades da Amazônia, em especial, Belém, com as entrevistas desta investigação, podemos notar algumas semelhanças das insatisfações apresentadas pelos professores entrevistados, com os argumentos apresentados. Os autores destacam que os espaços públicos para o lazer vêm passando por processos contínuos de transformação, havendo escassez de áreas bem estruturadas. As áreas mais recentes foram criadas sob o discurso da implementação do turismo, mas com objetivos de atender às elites da cidade, deixando a periferia com poucas opções e menor qualidade.

Outra semelhança refere-se à concentração dos espaços de lazer em áreas centrais. Verifica-se “a concentração desses equipamentos no centro urbano de Belém e nos bairros mais centrais, configurando-se na primeira dificuldade de acesso” (BAHIA e FIGUEIREDO, 2008, p. 11). Essa concentração dificulta o acesso daqueles que moram em bairros não centrais, os quais precisam investir mais tempo e dinheiro para poder acessar os espaços públicos de lazer. Essa forma de (des)organização das cidades faz com que exista uma concentração e desigualdade na distribuição dos espaços culturais, na medida em que os centros, bem como regiões consideradas “nobres” agreguem a maior quantidade de cinemas, praças, teatros, centros culturais, o que acentua o abandono e a desigualdade nas áreas marginais, onde mora a maioria da população.

Diante disso, existe uma restrição de acesso aos espaços culturais, o que dificulta possibilidades de formação cultural da população em geral, especialmente das pessoas

que habitam regiões mais afastadas das áreas centrais e ricas. Dessa maneira, concordamos com Sarlo (2014) quando afirma que as cidades latino-americanas são caracterizadas por quadros de isolamento de parte significativa da população, na medida em que alguns dispõem de bairros equipados e bem estruturados e outros sofrem com carência de investimentos e oportunidades de usufruir de políticas públicas culturais.

Em que pese o fato de todos os professores, independentemente de residirem em capital ou cidade do interior, terem se mostrado insatisfeitos com a disponibilidade de espaços culturais nas cidades, e até compartilhado das mesmas críticas, foi possível notar algumas diferenças entre eles. Por exemplo, a frequência em programações como cinema, shows e teatro é mais usual na vida dos docentes que residem nas capitais, o que evidencia a desigualdade de distribuição de espaços culturais nas cidades brasileiras. Nas palavras de alguns dos professores que não moram em capitais é possível perceber essa insatisfação:

Faltam políticas públicas de lazer efetivas para Tucuruí, mas me incomoda não termos um teatro e ações constantes de arte e cultura (PROFESSORA 7).

Aqui (Conceição do Araguaia) é muito diferente das práticas culturais do norte do Pará, não tem as mesmas danças, as mesmas festas, então, com certeza, precisa de mais espetáculos, mais teatro e cinema (PROFESSOR 3).

Sobre essa questão, Pina (2017) destaca que cidades com maior poderio econômico concentram mais equipamentos culturais, enquanto cidades de menor porte, ou de menor potencial econômico, têm poucos locais dessa modalidade. Essa distorção se efetiva em função da implementação dos espaços ser orientada segundo a lógica dos mercados e, não, segundo as lógicas do desenvolvimento social, da acessibilidade universal e da democratização do lazer.

Por sua vez, Melo e Peres (2009) ressaltam que a ausência dos equipamentos é um dos principais obstáculos à democratização do acesso a manifestações culturais e, mais especificamente, a vivências diversificadas de lazer. Assim, as desigualdades de acesso a espaços culturais é uma peculiaridade do desenvolvimento da América do Sul, o que reflete as diferenças de acesso ao patrimônio cultural e os desequilíbrios econômicos característicos da região. Portanto, embora tenhamos percebido essas diferenças de acesso a espaços culturais entre os professores que residem nas capitais, dos que não residem em capitais, as críticas apontadas por eles se aproximam, sendo voltadas a questões como a desigualdade na distribuição dos espaços de lazer; restrição de políticas públicas; dificuldade na mobilidade urbana; ausência de acessibilidade. Assim, são apresentadas como as principais insatisfações dos professores quanto à disponibilidade de espaços culturais nas cidades, o que não difere de um quadro mais amplo da realidade das principais cidades latino-americanas.

Lazer, cidade e gênero: algumas questões

O grupo de professores entrevistados ressaltou, também, o uso desigual dos espaços de lazer entre homens e mulheres. Foi possível identificar a utilização segundo uma ordem “privilegiada” por grupos específicos, como jovens e homens, e por práticas “pré-determinadas”, como a ênfase na construção de quadras e a demarcação para a vivência do futebol,

Porque às vezes eu vejo muito assim, “ali está tendo inclusão!” naquela praça, naquela quadra, mas eu só vejo homens, jovens e futebol, aí eu pergunto, inclusão de quem? Cadê as mulheres, os idosos, as crianças, os homoafetivos? Eu acho que a maioria é excluída pela falta da política de inclusão e inserção de todos os grupos sociais. A escola libera a quadra aos finais de semana, mas quem é que vai utilizar a quadra? É o grupo de futebol, os homens, enquanto que outros grupos não são incluídos (PROFESSOR 4).

São espaços que reproduzem o mais do mesmo, a quadra, e ela é geralmente jovem, masculina, ela é mono esportiva. Você não tem uma política de gestão desses espaços públicos, não tem política de formação de militantes culturais, apesar de você ver uma autoorganização de um grupo aqui e outro ali para ocupar esses espaços. Você tem uma ausência de política pública de formação cultural (PROFESSOR 6).

Como indicado pelos professores, a existência de uma desigualdade de acesso/participação em espaços de lazer, em termos de gênero, é uma realidade encontrada em diversos locais. Werle (2013) e Goellner *et al.* (2010) destacaram um estado de desconsideração das diferenças e desigualdades de gênero, dentre outras coisas, do acesso ao esporte e ao lazer. Goellner *et al.* (2010) afirmam que há diferença de oportunidades entre homens e mulheres para se dedicarem às atividades de lazer: enquanto as mulheres têm sua vida atrelada à casa, à família e ao trabalho, os homens, depois do trabalho, desfrutam de mais tempo para se dedicarem ao lazer.

Werle (2013) resalta que as práticas corporais assumem importância na construção das identidades de gênero, constituindo-nos como femininos e masculinos dentro da sociedade e do cotidiano. Assim, a construção de masculinidades no esporte e lazer ocorreu/ocorre mais pela participação e incentivo, enquanto que, para as mulheres, a despeito do avanço e acesso a práticas que outrora eram negadas, registram-se mais restrições à prática esportiva. A autora aponta que a menor participação de mulheres nessas atividades ocorre ainda em função da centralização das obrigações com tarefas domésticas e familiares, de forma a multiplicar a jornada de trabalho e limitar o tempo de lazer das mulheres.

Desse modo, essas marcas deixadas pela desigualdade de acesso/participação em atividades de esporte e lazer, vividas por homens e mulheres, ainda que combatidas e questionadas por setores progressistas atualmente, são visíveis pelo espaço diferenciado que homens e mulheres ocupam na mídia, no esporte de rendimento, no acesso a patrocínios e nas atividades praticadas em parques e praças, como bem foi mencionado pelos professores em questão.

Além disso, as entrevistas nos levaram a perceber que para as professoras, existe uma restrição ainda maior de tempo para o lazer, pois diferentes dos professores, as mulheres entrevistadas mencionaram o constante envolvimento com atividades de obrigação doméstica em seu cotidiano, como cuidar da casa, lavar roupas, cuidar da família (filho e pais idosos). Essa desigualdade das atividades dos gêneros nos sugerem que as mulheres enfrentam mais barreiras quando se trata de usufruir de momentos de lazer na sua vida.

Eu tenho me dividido entre cuidar da família, da minha mãe, do meu filho (...) em casa hoje, durante a semana tem sido mais difícil (PROFESSORA 2).

As relações de poder revelam desigualdades nas apropriações do lazer, em termos de gênero, classe social, deficiência e etnia, o que expõe distintas barreiras para o enfrentamento, visando a uma democratização do acesso ao lazer. No caso do gênero, diversas análises têm sido apresentadas no sentido de denunciar o acesso diferenciado que homens e mulheres experimentam nessa prática (SAMPAIO, 2008; GOELLNER, 2011). Sampaio (2008), afirma que as relações sociais são construídas a partir de bases de poder nas quais as relações de gênero apresentam-se marcadas por interesses e interações assimétricas, muitas vezes, subordinando-se as mulheres, bem como outros grupos, a uma condição marcada por exclusões e inferiorizações. Assim, em nossa sociedade, as imagens são elaboradas e vinculadas ao masculino e feminino, o que constrói representações, padrões e obrigações específicas para cada uma dessas imagens, sendo essas construções datadas e contextualizadas, fruto de um passado colonial que ainda reverbera em nossos dias.

Santos, Cardoso e Reppold Filho (2008) comentam que as obrigações com o trabalho doméstico familiar têm um peso importante para a configuração do lazer, sendo que, muitas vezes, o desenvolvimento de atividades no contexto familiar, como as obrigações no cuidado com a casa e a família, pode ter impacto na diminuição do tempo para o lazer, contexto que não é reproduzido indistintamente entre as classes sociais nem entre gêneros. Assim, as mulheres acabam sendo pressionadas a reproduzir o dia-a-dia da rotina doméstica no âmbito da família maior do que os homens, o que não tem como deixar de desconsiderar o impacto no sentido de diminuir o tempo para o lazer em função das obrigações que cada indivíduo tem na dinamização das tarefas familiares.

Em pesquisa realizada com frequentadores do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), nos municípios de Porto Alegre e Rio de Janeiro, Goellner *et al.* (2010) apontam que os homens não frequentavam aulas de danças por considerarem uma prática feminina, ao passo que as mulheres, quando optavam pelo futebol, acabavam utilizando quadras improvisadas, nos horários de pouco uso. Outra diferença em relação ao gênero diz respeito à preferência das atividades de lazer, pois as mulheres estiveram marcadas pela realização de atividades no espaço doméstico, como “ficar deitada”, “não

fazer nada”, “ficar tranquila”, enquanto que os homens destacavam diversões fruídas fora do espaço doméstico.

Goellner (2011) aponta a existência de barreiras de ordem cultural que têm limitado a participação de mulheres em ações de lazer e esporte, o que precisa ser combatido por meio de políticas públicas que visem a uma equidade de gênero. Sobre as barreiras, a autora menciona que as meninas/mulheres têm menos oportunidades para o lazer do que os meninos/homens porque, não raro, desempenham atividades domésticas relacionadas ao cuidado com a casa e filhos, à educação dos irmãos, ao cuidado com parentes idosos. A educação das meninas, segundo a pesquisadora, é mais direcionada ao espaço privado do que ao público, diferentemente dos meninos que, desde cedo, são incentivados a ir para a rua. Assim, quando as meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada em suspeição.

Devemos reconhecer que questões como gênero, raça/etnia, idade, deficiência, ao lado da classe social, também atuam como fatores demarcadores das experiências de lazer dos sujeitos. Portanto, as diferenças de gênero não se expressam apenas no aspecto biológico, mas são culturalmente construídas, a despeito de sua aparente neutralidade, inclusive, no lazer (SAMPAIO, 2008).

Estratégias de mudança: a percepção dos docentes

Diante desse cenário, questionamos os professores sobre que estratégias deveriam ser apresentadas para qualificar a implementação de espaços culturais nas cidades em que residem. O gráfico a seguir apresenta as estratégias mencionadas pelos professores, bem como o quantitativo de docentes que destacou cada questão.

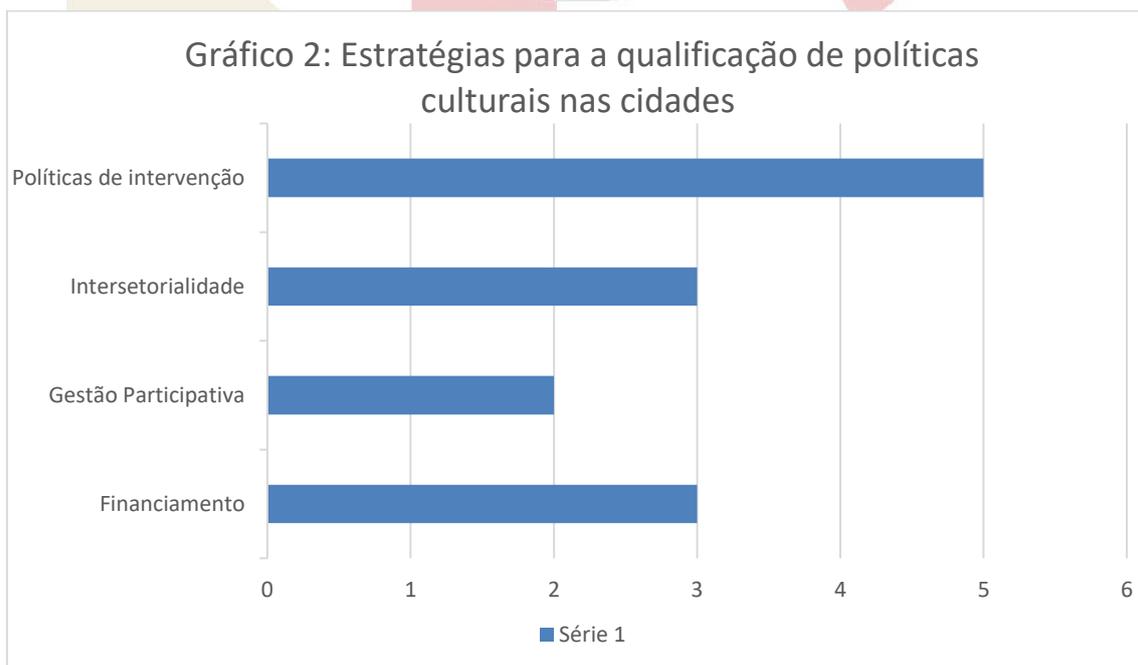


Gráfico 1: Limites para vivências culturais nas cidades.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Nesse âmbito, realizamos a seguinte classificação quanto às estratégias apontadas pelos docentes: intersectorialidade, gestão participativa, financiamento e políticas de intervenção. Os temas mais abordados foram a implementação de políticas de intervenção na área cultural e do lazer, sendo mencionada por cinco professores, e o desenvolvimento de ações intersectoriais, assunto abordado por quatro professores. Quanto à questão da intersectorialidade no desenvolvimento de políticas de lazer, é destacar as seguintes falas:

Quando a gente fala de lazer ou de uma prática corporal não é só você ir lá e fazer, você tem uma série de fatores, é multifatorial, é a questão econômica, questão da segurança, da acessibilidade das pessoas, até mesmo o fator da infraestrutura, do calçamento da cidade, da iluminação que tem que ter, do acesso através de transportes públicos, é política pública intersectorial (PROFESSOR 4).

Esse debate intersectorial, não posso pensar, em um espaço público, de interesse da população, criar o espaço, uma praça, e não ter iluminação, não ter segurança, não ter arborização (PROFESSORA 8).

Segundo Bonalume (2009), a cada dia, gestores de políticas públicas de esporte e lazer se deparam com demandas da participação em ações intersectoriais, destacadas como uma das condições necessárias à efetivação das políticas sociais participativas e coletivas. Para o desenvolvimento de ações intersectoriais, são importantes as ideias de parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos, a capacidade de gerir ações coletivas, de aglutinar aspirações, valores e estratégias, considerando as diferenças e as relações constituídas, atentos aos problemas enfrentados e às alternativas encontradas. Na intersectorialidade, a ênfase da política pública não deve centralizar-se no interesse de uma ou outra parte, mas, sim, focar as interações e as relações de reciprocidade, abarcando as necessidades de várias áreas, sujeitos e grupos, por meio de relações diversas, heterogêneas e complexas.

Porém, o tema mais abordado pelos professores foi o aumento da implementação de políticas de intervenção no âmbito cultural e do lazer, estratégia mencionada tanto por professores que residem em capitais quanto em cidades do interior do estado. Algumas falas sobre esse tema são:

Teriam muitas ideias quanto a visitas guiadas, ou roteiros pré-elaborados em museus, igrejas, praias, monumentos, espetáculos, acesso a formação em diferentes artes (PROFESSORA 9).

Você pode transformar a escola, que está em um bairro lá na periferia, em um equipamento de lazer, mas ela não é pensada como esse espaço cultural, então eu diria assim que no primeiro momento de olhar para essa cidade. Belém tem muitas possibilidades de lazer, mas se concentra muito em uma só região, é preciso descentralizar (PROFESSORA 1).

Tem algumas praças aqui que poderia ser mais valorizados ou potencializados nesse sentido, é incentivar a leitura na praça, que foi uma das atividades que os alunos trouxeram; esporte de Aventura poderiam ser mais potencializados (PROFESSORA 5).

Pina (2017) compreende que a cidade é o cenário para experiências de lazer no século XXI, o que faz crescer a necessidade de desenvolvimento de equipamentos culturais de lazer no espaço urbano. Entretanto, o autor aponta que a distribuição espacial no tecido urbano, a acessibilidade, as formas de controle e de gestão dos espaços de lazer ainda são objeto de críticas no Brasil, por não serem consideradas satisfatórias ou adequadas para promover o desenvolvimento social ou melhorar a qualidade de vida da população.

Rechia (2003) entende que a vida na cidade, portanto, é tensionada entre o trabalho e o lazer. Nos dias de hoje, tem se tornado ora hostil – gerando a violência urbana e, conseqüentemente medo, sofrimentos, e por vezes até a morte – mas, ao mesmo tempo, tem possibilitado ações e experiências culturais e humanizadas, que nos possibilitam viver expectativas, fracassos, vitórias, inquietações, consciência da tristeza e da alegria. Nesse contexto, Arosteguy (2016) acredita que devem existir políticas culturais que fortaleçam a identidade cultural dos indivíduos, pois, diante de contextos marcados por instabilidade econômica e política, questões como saúde, educação e lazer acabam perdendo espaço. Diante dessa situação, enxergamos a necessidade de maiores investimentos públicos no âmbito cultural, criando e melhorando os espaços para o lazer existentes.

Embora o Estado brasileiro esteja vivendo um momento de retração em termos de desenvolvimento de políticas sociais, vide a extinção dos Ministérios da Cultura e do Esporte, a implementação de políticas no âmbito cultural e do lazer perpassa por uma compreensão em que o poder público reconheça o seu papel em garantir o acesso aos direitos sociais, buscando o desenvolvimento de estratégias e financiamento de políticas públicas cidadãs.

Sendo assim, financiamento também foi um tema abordado pelos docentes, como se pode observar nas seguintes falas:

Na minha avaliação, passa por essa questão do investimento público financeiro, o orçamento para a área é baixíssimo, esse é o diferencial. Belém tem 71 bairros, mas só 43 têm praças, que é uma coisa básica para o lazer, para as pessoas sentarem, poder conversar, nem isso você tem em determinados bairros (PROFESSORA 10).

Faltam políticas públicas de lazer efetivas para Tucuruí, necessita de muitos investimentos em equipamentos ainda, mas me incomoda muito não termos um teatro e ações constantes de arte e cultura (PROFESSORA 7).

Sobre a questão do financiamento, Grasso e Isayama (2017) argumentam que existem diferentes formas de captação de recursos que podem ser destinados ao lazer, dentre eles, a captação de recursos por meio da lei de incentivo ao esporte e lazer; a criação de fundo ou lei de incentivo municipal como instrumento de democratização do

acesso ao esporte e ao lazer; as parcerias com inúmeras entidades de classe e com o setor empresarial. Para Mezzadri, Martines e Starepravo (2011), a política de financiamento de esporte e lazer ainda se concentra no esporte de alto rendimento, utilizada pelos governos como forma de reforçar uma autopropaganda e até mesmo a manipulação social, e, além disso, é limitada às práticas esportivas. O estudo de Isayama *et al.* (2011) apontou que existe uma falta de financiamento para o esporte e o lazer, o que, em consequência, tem limitado o desenvolvimento de ações na área e destacou que, em muitos municípios, o financiamento para o setor tem se limitado aos recursos dos programas federais.

De modo geral, Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) afirmam que, ao pensar nas políticas públicas de esporte e lazer, em especial na estrutura financeira destinada ao setor, essa atividade é caracterizada pela pouca atenção por parte do Estado, no que diz respeito a ações voltadas para o atendimento das demandas e necessidades sociais. Além disso, os autores consideram que o financiamento de políticas públicas nem sempre obedece a critérios econômicos, mas preponderantemente é fruto de decisões políticas tomadas em função da direção de tomadas na definição e correlação de forças.

Por fim, outro ponto mencionado pelos professores foi uma gestão participativa, como mostra a fala a seguir:

Para mim, relação clara, é que não fosse de cima para baixo, mas que fosse uma relação democrática de discutir a construção desse espaço com a população, os espaços não terem sido pensados com a população (PROFESSORA 2).

Esse limite quanto a uma gestão participativa também é apontado por Pinto *et al.* (2011), que argumentam a ausência de comunicação direta dos gestores com a população, o que acarreta a falta de instrumento democrático para que a população seja ouvida ou consultada sobre suas necessidades no lazer, e não que simplesmente ela seja consumidora, desconsiderando, muitas vezes, as diferentes necessidades no lazer. Por isso, a necessidade de maior diálogo com as comunidades sobre o planejamento do lazer implica maior participação da população nas decisões e respeito à vocação de cada comunidade, elaborando planejamentos participativos, como um meio pelo qual a própria comunidade se aproprie de maneira mais ampla do lazer. Como é possível observar na fala da Professora 8, é urgente estabelecer canais de comunicação entre governo-sociedade civil, ao se ter em vista buscar maior participação/acesso ao lazer:

A meu ver, a população precisa ser escutada, depois vem a vontade política, que nem sempre é o dinheiro que direciona, pode ter verba mas não ter vontade política (PROFESSORA 8).

Esse debate procurou evidenciar alguns aspectos que acreditamos ser necessário implementar em relação às políticas públicas no âmbito do lazer na Região Norte, pois nos parece evidente a insatisfação dos professores, independentemente do

estado e da cidade em que residem. Indicamos a necessidade de qualificar os espaços culturais de lazer, possibilitando maiores oportunidades de formação cultural aos sujeitos.

Diante disso, a gestão das políticas e dos espaços de lazer precisa buscar diversificar ao máximo as programações e as atividades desenvolvidas, tanto quanto à modalidade, ao público, dialogar com a preferência da população, mas também trazer novas linguagens para o conhecimento. As experiências de lazer devem ser desenvolvidas sem privilegiar algum público específico, mas buscar a participação de crianças, jovens, adultos, idosos, homens, mulheres, pessoas com deficiência.

Os espaços de lazer devem ter áreas e ambientes onde as pessoas tenham condições de permanecer confortavelmente, tanto antes, como depois da experiência praticada. Além disso, os espaços podem buscar se constituir em referências sociais e culturais para os seus frequentadores, retratando a diversidade da população local. Os espaços devem ser sempre acessíveis a todos, com espaços livres, onde os frequentadores sejam estimulados a criar suas próprias opções de lazer (PINA, 2017).

As falas dos professores demonstraram que, para exercer o direito ao lazer, é necessário enfrentar um leque de barreiras, como violência, falta de segurança, falta de acessibilidade, dificuldade na mobilidade urbana, falta de manutenção de espaços, falta de espaços e programações, questões que estão colocadas no cotidiano dos sujeitos, quando procuram vivenciar lazer na cidade. Assim, ressaltamos a urgência de maior atenção, sobretudo do setor público, na direção de buscar ações para ampliar, democratizar e qualificar os espaços de lazer nas cidades.

Considerações Finais

Os docentes entrevistados nessa pesquisa, expuseram diversos problemas quanto a apropriação dos espaços culturais nas cidades em que vivem. Os fatores mais mencionados foram: escassez de espaços e políticas públicas; tendência à privatização dos espaços; concentração dos espaços nas áreas centrais das cidades; limitação no número de programações culturais; dificuldade de transporte e locomoção; falta de acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência.

Embora todos os professores tenham se mostrado insatisfeitos com a disponibilidade de espaços culturais nas cidades, compartilhando as mesmas críticas, independentemente de residir em capital ou cidades menores, foi possível notar algumas diferenças entre eles. A frequência a espaços como cinema, teatro, bares e shows é mais usual na vida dos docentes que residem nas capitais, o que evidencia a desigualdade de distribuição de espaços culturais nas cidades.

Outro aspecto notado foi quanto ao uso desigual entre homens e mulheres nos espaços de lazer. Foi registrado pelo grupo de sujeitos a ênfase na prática de construção de quadras, onde a utilização acaba sendo privilegiada para a vivência do futebol, com a presença hegemônica de jovens e homens. Além disso, ficou evidente que as professoras entrevistadas têm maior ocupação do tempo com atividades de obrigação

doméstica e cuidado com a família, o que indica uma substancial diminuição do tempo para o lazer e formação cultural das mulheres entrevistadas, revelando desigualdades de apropriações de tempo para o lazer em termos de gênero. Esses dados nos mostram que as políticas no âmbito do lazer precisam ser pensadas na perspectiva de uma equidade entre os gêneros.

O debate construído evidencia a necessidade de investimentos em relação aos espaços de lazer, desprivilegiando, muitas vezes, a construção de centros culturais, de centros esportivos, de parques, de praças, de programações gratuitas e de ampla divulgação de ações. Sendo assim, as melhores possibilidades de fruição do lazer recaem para os segmentos da sociedade que podem pagar por tais serviços e/ou aqueles que têm acesso à informação das possibilidades de lazer que acontecem nos diferentes espaços das cidades.

REFERÊNCIAS

AROSTEGUY, Agustín. Proyecto cultural para medianos municipios: articulación de una propuesta de política cultural. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 59-73, mai./ago. 2016.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v. 37, n.1, p. 2-10, 2015.

BAHIA, Mirleide Char. **O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará**. Belém: NAEA, 2014.

BAHIA, Mirleide Char; FIGUEIREDO, Silvio de Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **Licere**. Belo Horizonte, v.11, n.2, p. 1-17, ago./2008.

BELTRAME, André Luís Normanton *et al.* A cidade, o lazer e a pessoa com deficiência: entre a invisibilidade e emergência da participação social. **Licere**. Belo Horizonte, v.21, n.2, p. 50-73, jun/2018.

BONALUME, Cláudia Regina. Esporte e Lazer na intersectorialidade das políticas públicas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*. 16, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. p.1-12. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2009/XVI/paper/viewFile/1500/796>. Acesso em: 25 jan. 2019.

FALCÃO, Denise. Ocupar o espaço público! os músicos de rua e a luta pelo direito à cidade. **Licere**. Belo Horizonte, v.21, n.4, p. 117-143, dez/2018.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GEHL, Jan. **Cidades para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Políticas públicas inclusivas: educando para a equidade de gênero no esporte e no lazer. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 17, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.1-12. Disponível em: [file:///C:/Users/Gustavo%20Montenegro/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdg_e 8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2967-12805-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Gustavo%20Montenegro/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdg_e%208wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2967-12805-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 21 jan. 2015.

GOELLNER, Silvana Vilodre *et al.* Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das cidades. **Licere**. Belo Horizonte, v.13, n.2, p. 1-20, jun/2010.

GRASSO, Rita Peloso; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Financiamento e políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão no município de Santarém/PA (2005-2012). **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v, 25, n.1, p. 151-167, 2017.

ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* Lazer, políticas públicas e formação profissional: análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* (Orgs). **Gestão de políticas de esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 211-228.

MELO, Victor. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural **Licere**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 82-92, 2003.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drumond. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manole, 2012.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de *et al.* Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do Natal/RN. **Licere**. Belo Horizonte, v.13, n.2, p. 1-19, jun/2010.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set/dez 2005.

_____. (Orgs). **Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MEZZADRI, Fernando Marinho; MARTINES, Isabel Cristina; STAREPRAVO Fernando Augusto. Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses. *In*: ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* (Orgs). **Gestão de políticas de esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 123-136.

PINA, Luiz Wilson. Os equipamentos de lazer como cenários das experiências e das atividades no tempo livre. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 52-69, jan./abr. 2017.

PINTO, Leila Mirtes *et al.* Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. *In:* ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* (Orgs). **Gestão de políticas de esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-50.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. 2003. 199f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RECHIA, Simone; OLIVEIRA, Marcelo Ponestki. O Espaço Cidade: uma opção de lazer em Curitiba (PR). **Lícere**. Belo Horizonte, v.12, n.3, p. 1-25, set./2009.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e Lazer: um binômio instigante. *In:* MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Lazer e Sociedade**: múltiplas relações. Campinas,SP: Editora Alínea, 2008. p. 139-154.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista**: mercadoria e cultura urbana. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SANTOS, Edmilson Santos dos; CARDOSO, Marcelo Francisco Silva; REPPOLD FILHO, Alberto. Obrigações com o trabalho doméstico familiar e atividades de lazer de estudantes de Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 48-66, janeiro/junho, 2008.

SILVA JÚNIOR, Vagner Pereira da; SILVA, Dirceu Santos; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **Lícere**. Belo Horizonte, v.21, n.4, p. 339-358, dez/2018.

WERLE, Verônica. Políticas públicas de Esporte e Lazer na perspectiva do gênero. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 18, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2013. p. 1-14.

Endereço para correspondência

Oricolé – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Campus Pampulha.
Belo Horizonte – MG.
Cep: 31270-901.



Recebido em:
15/09/2019
Aprovado em:
08/10/2019